



ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Alvaro Domingues da Silva

Rio de Janeiro
2024

ALVARO DOMINGUES DA SILVA

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Artigo científico apresentado como exigência
de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato
Sensu da Escola da Magistratura do Estado do
Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro
2024

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Alvaro Domingues da Silva

Graduado pela Faculdade de Direito Candido
Mendes – Centro. Analista Judiciário.

Resumo – A virtualização do processamento civil e o advento da citação preferencialmente pelo meio eletrônico diante das modificações havidas pela Lei nº 14.195/21 junto ao CPC/2015, na esteira da massiva utilização do aplicativo de mensagens Whatsapp durante o período da pandemia da Covid-19, trouxe expectativas de modernização que esbarram em limitações impostas pelo legislador. Este artigo traz uma análise da evolução do Processo Civil face aos implementos da Era Digital, apresentando inovações dos meios de citação e intimação ante a prática processual civil e ao final analisando a utilização dos aplicativo Whatsapp no ato citatório diante de princípios processuais e entendimentos do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras Chave – Processo Civil. Comunicação. Atos processuais. Meios eletrônicos.

Sumário – Introdução. 1. Os reflexos da era digital no Processo Civil. 2. Inovações nos meios de citação e intimação em face da prática processual. 3. O uso de aplicativos de mensagens em face de princípios processuais e as controvérsias jurisprudenciais. Conclusão. Referencias.

INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo se volta à citação e intimação no Processo Civil mediante a utilização de ferramentas de comunicação digitais, discutindo-se a necessidade de superação dos formalismos ainda existentes em equilíbrio com a observância das garantias constitucionais e processuais aos litigantes.

A pandemia da Covid-19 e a necessidade do isolamento social como meio de se evitar a disseminação da temível doença faz surgir à sociedade o desafio da continuidade das atividades econômicas. Ao Poder Judiciário, especificamente, surge o entrave no que concerne a comunicação dos atos processuais.

A necessidade de superação das dificuldades daí advindas acaba por fomentar um maior uso de modernas ferramentas de comunicação consistentes em aplicativos de mensagens e redes sociais, já amplamente disseminados na esfera social.

Passada a pandemia, as experiências havidas junto aos processos em tramitação levam ao questionamento acerca da necessidade de maior utilização de tais formas de comunicação como meio de superação de entraves que obstem a celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

As controvérsias fundadas em alegada violação das garantias do Contraditório e da Ampla Defesa impõem um aperfeiçoamento na utilização das novas ferramentas de modo a que se atendam as críticas que lhe obstam o uso.

O presente trabalho visa a confrontar os impactos do uso dos meios digitais representados por aplicativos de mensagens na tramitação processual em face das garantias processuais que neles se fundam em confronto com decisões judiciais e opiniões de doutrinadores e estudiosos do Direito.

O primeiro capítulo aborda os impactos que as inovações havidas em razão da chamada Era Digital têm na prestação jurisdicional.

Segue-se discutindo as inovações havidas nos meios de realizar-se intimações e citações em face de garantias constitucionais e princípios processuais voltados à comunicação dos atos processuais.

Por fim, são analisadas as controvérsias havidas em razão da nova forma de comunicação em face do posicionamento jurisprudencial e doutrinário acerca do tema.

Tratando-se de um tema controverso e relativamente novo, ainda sem ampla abordagem bibliográfica específica, a pesquisa junto aos doutrinadores em matéria processualista será amplamente complementada com pesquisa em artigos encontrados em páginas da Internet especializadas em temas jurídicos com opiniões de estudiosos que se dedicaram ao estudo do tema assim como julgados onde o tema é objeto de amplo debate.

A pesquisa é, portanto, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e explicativos e procedimentos bibliográfico e documental.

1. OS REFLEXOS DA ERA DIGITAL NO PROCESSO CIVIL

O advento do CPC/2015¹ trouxe renovadas expectativas de proporcionar à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, aperfeiçoando o sistema processual de modo a tornar efetivos os princípios constitucionalmente previstos, em especial a duração razoável do processo e a efetividade, princípios estes inscritos na CRFB/88², art. 5º, LXXVIII e XXXV.

¹BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 31 mai.2024.

²BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2024]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

A necessidade de modernização do Processo Civil já se via na esteira de mudanças que o precederam, em alterações feitas no código anterior, por exemplo, com a inclusão, em 1994, do sistema da antecipação de tutela e em 1995 com a alteração do regime de agravo, entre outras.

A modernização, entretanto, não poderia ficar adstrita a normas e princípios. Necessária alteração de postura dos operadores e administradores do Judiciário com mudanças estruturais que visassem o uso de novas técnicas e tecnologias de resolução de conflitos³.

Há uma concepção atualmente dominante na doutrina especializada e que aos poucos vai se afirmando jurisprudencialmente no sentido de que o aplicador das regras e técnicas do processo civil deve privilegiar o papel da jurisdição no campo da realização do direito material, evitando-se a exacerbação das técnicas puramente formais que frequentemente sacrificam ou prejudicam o julgamento do mérito e selam o destino da causa⁴.

O princípio da eficiência processual positivado no art. 4º da nova norma processual não busca somente um menor tempo de tramitação. A celeridade deve vir com efetiva entrega da atividade satisfativa⁵. A atividade jurisdicional para além da simples visão clássica do “dizer o direito” avança da “juris-dição” para a “juris-satisfação”⁶.

Necessário igualmente modernizar os meios práticos de prestar a atividade jurisdicional em prol de sua efetividade e celeridade diante das possibilidades trazidas com as novas tecnologias atualmente existentes.

Conquanto a vigência da Lei nº 11.419/06⁷, ainda ao tempo do CPC/1973⁸, seja vista como o marco inicial do processo digital, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal⁹ já inovara antes ao possibilitar intimação das partes e peticionamento

³PINHO, Humberto Dalla Bernardina de, **Direito Processual Civil contemporâneo**, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1. p. 424.

⁴THEODORO JÚNIOR, Humberto, **Curso de Direito Processual Civil**, 64. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2023. v. I. p. 48.

⁵BUENO, Cassio Scarpinella, **Manual de Direito Processual Civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei n. 13.256 de 4-2-2016**, 2. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016, p.97

⁶*Ibidem*, p. 40

⁷BRASIL, **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

⁸BRASIL, **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**, Institui o Código de Processo Civil [Parcialmente revogado] Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

⁹BRASIL, **Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001, Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110259.htm#:~:text=LEI%20No%2010.259%2C%20DE%2

por meio eletrônico conforme disposto em seu art. 8º, §2º. As diretrizes de implementação havidas em seu art. 24 dão ensejo, em 2003, à implantação do “Eproc”, considerado pelo TRF4 o primeiro sistema de processo eletrônico da Justiça Federal do país¹⁰.

Rompem-se aos poucos os laços com a secular visão do processo judicial “em papel e tintas” com vistas à virtualização, criando uma nova roupagem ao processo judicial já existente¹¹.

Com possibilidades mais amplas de movimentação e acompanhamento processual sem a necessidade de comparecimento físico ao foro para a propositura e acompanhamento de uma ação, protocolo de peças processuais ou mesmo acesso à cópia inteira dos autos, abrem-se as portas dos profissionais da área do Direito para o início do chamado trabalho em home office, uma verdadeira tendência mundial e que veio a se acelerar e se consolidar com os nefastos efeitos da pandemia da Covid-19 em março de 2020.

Na marcha da modernização e sem descuidar da preservação das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, a comunicação dos atos processuais igualmente não poderia se valer unicamente de meios que já mostravam sinais de ineficácia diante da realidade da sociedade do século XXI.

Do confronto dos objetivos da citação e da intimação conclui-se que ambos se destinam ao propósito essencial de comunicar, seja a propositura da demanda pela citação, seja a prática do ato ou dos termos do processo pela intimação.

A comunicação passa, obviamente, pela utilização dos meios usualmente disponíveis e mediante os quais se possa efetivamente transmitir a mensagem ao seu destino.

Vigente o CPC/1973¹² anteriormente às modificações havidas pela Lei nº 11.419/06¹³, dispunha seu art. 221 que a citação seria realizada pelo correio, por oficial de justiça ou publicação em edital. Tais formas de comunicação foram inicialmente replicadas com o advento do novo código em 2015 e desconsiderava não somente a evolução dos meios de comunicação até então existentes mas até mesmo os implementos havidos por força da Lei nº 11.419/06¹⁴ em

012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20dos,no%20%C3%A2mbito%20da%20Justi%C3%A7a%20Federal. Acesso em: 07 jul. 2024.

¹⁰SOARES, Matilde de Paula. **Citações e Intimações por meio de Aplicativos de Mensagens. Inovações de acordo com o novo CPC alterado pela Lei 14.195 de 26.08.2012**. Curitiba: Juruá, 2021. *E-book*.

¹¹PINHO, ref. 3. p. 418.

¹²BRASIL. ref. 8.

¹³BRASIL. ref. 7.

¹⁴*ibid*.

relação ao código já revogado, denotando-se certa influência de uma tradição processual que se mantém desde a norma do art. 161 do CPC/1939¹⁵.

Contrariamente às expectativas havidas desde a sua vigência, o CPC/2015¹⁶ não indica na citação o meio eletrônico como preferencial, o que somente ocorre após as modificações impostas pela lei 14.195/21¹⁷ em relação ao art. 246.

A pandemia da Covid-19 surge como um evento de alcance mundial impondo o isolamento social como meio de se conter a disseminação da doença. O desafio da manutenção da tramitação processual em tais condições faz com que a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro expeça o Provimento CGJ nº 38/2020 de 18 de maio de 2020¹⁸ que, em seu art. 13, ampliava o alcance da norma dos citados arts. 246 e 270 da norma processual no que concerne aos denominados meios eletrônicos, abrindo-se a possibilidade de realização de citações, intimações e notificações “por meio de aplicativos de mensagens ou outro meio eletrônico disponível”.

Posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça com a expedição da Resolução nº 345/2020 de 09 de outubro de 2020¹⁹, autoriza a implementação pelos Tribunais de medidas que visem à implementação do chamado “Juízo 100% Digital” visando a prática de atos processuais por meio eletrônico e remoto através da Internet. Ratifica-se o que fora implementado pelo Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no tocante à citação, notificação e intimação por qualquer meio eletrônico.

Neste mesmo período, conquanto já houvesse previsão no art. 194 do CPC/2015²⁰, a realização de audiências por videoconferência é também fomentada pelo mencionado

¹⁵BRASIL. **Decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939**. Código de Processo Civil [Revogado]. Brasília, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1608.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

¹⁶BRASIL. ref.1

¹⁷BRASIL. **Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021**. Dispõe sobre alterações na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14195.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

¹⁸RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 38/2020**. Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário. Rio de Janeiro: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.tjrj.jus.br/documents/1017893/0/prov+CGJ+38-2020.pdf/c60314b4-86d6-1d5e-8ddc-16ac2f931686>. Acesso em: 31 mai. 2024.

¹⁹BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 345 de 09 de outubro de 2020**. Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original/175500202010145f873b7482503.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

²⁰BRASIL. ref. 1

Provimento nº 38/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro²¹ em capítulo específico da norma o que é igualmente ratificado pela retro citada resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Com o advento da Resolução CNJ 372 de 12 de fevereiro de 2021²², determina-se a implementação de um canal de comunicação com partes e advogados mediante o uso de ferramenta de videoconferência ou assíncrona conhecida como “Balcão Virtual”, medida que claramente visa a diminuição do deslocamento físico das partes e dos advogados para as dependências do fórum. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, seu implemento ocorre com a edição do Provimento CGJ nº 120/2021²³ que altera a redação do caput do art. 79 e inciso XXII do art. 116 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial)²⁴ incluindo o Balcão Virtual entre os meios de comunicação com as serventias.

Mesmo diante dos implementos que gradativamente vão sendo trazidos à prestação jurisdicional desde o advento do processo eletrônico até a sua total virtualização, o assoberbamento das serventias judiciais ainda é reflexo da grande demanda de feitos judiciais e do quase insanável óbice representado pela necessidade de apreciação dos feitos pelos magistrados.

O crescente desenvolvimento dos sistema de inteligência artificial passa a ser visto pelo Conselho Nacional de Justiça como ferramenta valiosa em auxílio de juízes na apreciação dos processos em curso, ensejando uma parceria entre o citado órgão e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro visando desenvolvimento de dois novos módulos na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) sendo um voltado ao andamento das execuções fiscais e o outro voltado ao apoio de juízes com as chamadas rotinas acessórias à função jurisdicional que não se referem

²¹RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. ref. 18

²²BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 372 de 12 de fevereiro de 2021**. Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.”. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original15412620210219602fdc26a38d2.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

²³RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 120/2021**. Altera a redação do caput do artigo 79 e inciso XXII do artigo 116 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial), incluindo o Balcão Virtual entre os meios de comunicação com as serventias. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>. Acesso em: 31 mai. 2024.

²⁴RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial**. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/132953036/codigo-de-normas-da-corregedoria-parte-judicial-27-10-22.pdf/02b9fb8d-7bdc-9ca1-6c2a-50c57e2071b3?version=1.0>. Acesso em: 31 mai. 2024.

ao conteúdo de mérito das decisões, medidas que fazem parte da implantação do chamado “Programa Justiça 4.0”²⁵.

2. INOVAÇÕES NOS MEIOS DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO EM FACE DA PRÁTICA PROCESSUAL

Se os institutos da citação e da intimação se fundam no objetivo comum da comunicação, não há como se esperar que o Direito se afaste das novidades trazidas pelas novas tecnologias de comunicação na busca da melhoria da prestação jurisdicional²⁶.

Um exemplo singelo anteriormente ao amplo uso da comunicação digital, à época ainda nascente²⁷, mas que já indicava a necessidade de modernização nos meios de comunicação em sede jurisdicional se viu com a inovação trazida pela Lei nº 9.099/95²⁸ possibilitado junto aos Juizados Especiais Cíveis a realização de intimações “na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação”. As partes muitas vezes desassistidas eram intimadas mediante um simples telefonema com respectivo lançamento de certidão nos autos. Uma inovação simples mas que se mostrou fundamental numa esfera de atuação que primava pela celeridade conquanto em nada poderia ser vista como inovadora em termos de tecnologia pois o telefone é um meio de comunicação que conta quase 150 anos desde sua invenção²⁹.

Das formas de comunicação dos atos processuais, a citação é o que carrega as maiores implicações e, por consequência, as maiores controvérsias.

Constituindo-se em ato complexo e formal com vários efeitos materiais e processuais, tão importante é a citação como elemento que instaura o indispensável contraditório no processo que sem ela todo o procedimento se contamina de irreparável nulidade impedindo a sentença de fazer coisa julgada³⁰. O vício havido no ato da citação enseja nulidade insanável

²⁵CNJ firma parceria com TJ-RJ para aplicar inteligência artificial em julgamentos. **Conjur**. 31.05.2024. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2024-fev-01/cnj-firma-parceria-com-tjrj-para-automatizar-execucoes-fiscais-e-aplicar-ia-em-julgamentos/>>

²⁶PINHO, ref. 3. p. 418.

²⁷SILVA, Daniel Neves. História da internet. **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/informatica/internet.htm>. Acesso em: 07 jul. 2024.

²⁸BRASIL. **Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm> Acesso em: 31 mai. 2024.

²⁹A invenção do telefone é atribuída a Alexander Graham Bell em 02.06.1875, sendo patenteado nos Estados Unidos em 07.03.1876 com a chegada ao Brasil em 1877, meses após sua exposição do estado da Filadélfia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Telefone>. Acesso em: 5 jul. 2024.

³⁰THEODORO JÚNIOR, ref. 4. p. 495.

que pode ser alegada de ofício assim como ensejar ação rescisória ou ação de Querela Nullitatis, esta última tida como mais adequada por não se sujeitar ao prazo decadencial bienal da primeira³¹.

O advento da Lei nº 14.195/21³² modificou o art. 246 da norma processual para dispor que a citação seria realizada preferencialmente por meio eletrônico.

A modificação havida, à primeira vista carregando expectativas de modernização, em verdade se mostrou tímida ao especificar como meio eletrônico o já não tão popular email e ainda assim adstrito, conforme §1º do citado dispositivo e § único do art. 270 da mesma norma, a endereços eletrônicos previamente cadastrados pelos citandos no banco de dados do Poder Judiciário.

Para a efetividade da previsão normativa tornou-se indispensável que as pessoas jurídicas de direito público e privado, excetuando-se microempresas e empresas de pequeno porte, assim como o Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública, se cadastrassem junto aos Tribunais de sua atuação fazendo surgir um novo dever da parte com a inclusão do inc. VII ao art. 77 da norma processual em complemento ao já lançado no art. 319, II da mesma.

Conquanto a omissão normativa acerca de sanções para o descumprimento do prazo de 30 dias para cadastramento dos citandos - conforme previsão dos arts. 1.050 e 1.051 da norma processual - suscita-se o entendimento de que, ao serem criados embaraços para a efetivação da decisão que determina a citação assim como impondo resistência injustificada ao andamento do processo, implica-se a omissão no cadastramento em prática de ato atentatório à dignidade da justiça assim como litigância de má-fé, a teor do disposto na norma processual no art. 77, IV e §2º, art. 80, IV e art. 81³³.

Outra controvérsia se verifica diante da coexistência da citação por meio eletrônico advinda da Lei nº 14.195/21³⁴ e a manutenção da citação por meio eletrônico já consolidada no

³¹CLEMENTE, Gisele Rocha. Quanto ao manejo da Querela Nullitatis em processo cuja citação é nula. **Jusbrasil**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quanto-ao-manejo-da-querela-nullitatis-em-processo-cuja-citacao-e-nula/1303527795>. Acesso em: 07 jul. 2024.

³²BRASIL. **Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021**. Dispõe sobre [...] altera as Leis nºs 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)(...); e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114195.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

³³GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Citação e intimação por meio eletrônico no Novo CPC. **AASP**. 04 jan.2023. Disponível em <https://processoeletronico.aasp.org.br/citacao-e-intimacao-por-meio-eletronico-no-novo-cpc/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

³⁴BRASIL. ref. 17

ordenamento jurídico ante a vigência da Lei do Processo Judicial Eletrônico³⁵, em especial no que concerne ao prazo para sua confirmação bem como no tocante ao termo inicial do prazo para apresentação da defesa pelo citando³⁶.

Em que pese a opção do legislador pelo uso do email na chamada citação por meio eletrônico, a perda de popularidade do uso de tal ferramenta é algo notório restringindo-se na atualidade ao atendimento de necessidades de comunicação em âmbito comercial ou onde se exija maior formalidade. Com a popularização do acesso à Internet através de aparelhos celulares³⁷, o uso de aplicativos de mensagens e redes sociais passa a ser algo tão corriqueiro como o era, nas décadas anteriores, uso do telefone.

A portabilidade de um aparelho celular e a facilidade de uso fizeram do aplicativo Whatsapp a rede social mais utilizada no Brasil³⁸ estando entre as 3 mais utilizadas no mundo³⁹. Era de se esperar o momento em que esta poderosa ferramenta de comunicação também fosse cogitada na prestação jurisdicional como efetivamente veio a acontecer massivamente diante da pandemia da Covid-19.

A necessidade de se dar andamento aos feitos sem exposição das partes e serventuários à contaminação pelo temido vírus levou à ampliação do alcance do disposto nos arts. 246 e 270 da norma processual vigente por força do Provimento CGJ nº 38/2020 de 18 de maio de 2020⁴⁰ possibilitando a realização de citações, intimações e notificações “por meio de aplicativos de mensagens ou outro meio eletrônico disponível” o que posteriormente é ratificado pelo Conselho Nacional de Justiça pela Resolução CNJ 345/2020 de 09 de outubro de 2020⁴¹.

Os resultados positivos do uso do Whatsapp em atos citatórios durante a pandemia, passado este período, demonstraram a viabilidade de seu uso ao menos diante das infrutíferas tentativas de citação ou intimação pelos meios previstos na norma processual.

³⁵BRASIL. ref. 7

³⁶PEIXOTO, Ravi. Por um diálogo entre a citação da lei 11.419/06 e por meio eletrônico do CPC. **Jota**. 16 out.2021. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-cpc-nos-tribunais/por-um-dialogo-entre-a-citacao-da-lei-11-419-06-e-por-meio-eletronico-do-cpc>. Acesso em 24 set.2024

³⁷CELULAR segue como aparelho mais utilizado para acesso à internet no Brasil. **Gov.br**. 16 set. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/celular-segue-como-aparelho-mais-utilizado-para-acesso-a-internet-no-brasil>. Acesso em: 08 jul. 2024.

³⁸DOURADO, Bruna. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. **RD Station**. 24 abr. 2024. Disponível em <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

³⁹BELING, Fernanda. As 10 redes sociais mais usadas em 2024. **Oficina da Net**. 05 jan. 2024. Disponível em <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em: 08 jul. 2024.

⁴⁰RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ref. 18.

⁴¹BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. ref. 19

Oportuno observar-se que os objetivos havidos com a vigência da Lei do Processo Judicial Eletrônico⁴² nem sempre ensejaram sua correspondência com dispositivos do CPC/2015. Dispunha originariamente o art. 6º daquela norma que as citações – excetuadas as de Processo Criminal e Infracional – poderiam ser feitas por meio eletrônico desde que a íntegra dos autos fosse acessível ao citando. A preferência pela citação por meio eletrônico, como visto, somente foi lançada no art. 246 do novo código após as modificações havidas pela Lei nº 14.195/21⁴³ e ainda assim com ressalva originariamente inexistente.

Oportuno observar que a análise casuística indica hipóteses em que a citação ou intimação pode ser efetivada mediante o uso do WhatsApp com grandes chances de êxito visto ser a parte demandante possuidora não somente dos dados da parte demandada necessários ao ingresso da demanda como de número telefônico com acesso ao citado aplicativo em telefone celular de uso pessoal. Se o demandante demonstra possuir os dados que permitam a comunicação pelo aplicativo com o demandado e, ademais, demonstra preteritamente o desenvolvimento da comunicação por tal meio resta evidente que seu uso pode ser cogitado com chances de êxito.

A relevância da questão acerca do uso do Whatsapp em sede jurisdicional levou ao Projeto de Lei 1.595/2020 atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com origem em decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo 0003251-94.2016.2.00.0000.

Segundo a proposta apresentada no citado Projeto de Lei, seria acrescentado à norma processual o art. 270-A com 11 parágrafos possibilitando a intimação de partes e advogados que se manifestarem interessados em tal forma de intimação mediante o uso de aplicativos de mensagens multiplataforma, o que é objeto de crítica por considerar a tendência da população de criarem óbices a serem encontrados por oficiais de justiça, o fato de ser improvável o cadastramento voluntário das partes em portal das unidades judiciárias sem qualquer benefício em favor da parte⁴⁴.

⁴² BRASIL. ref. 7.

⁴³BRASIL. ref. 17

⁴⁴SOARES, ref. 10.

3. O USO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS EM FACE DE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E AS CONTROVÉRSIAS JURISPRUDENCIAIS

Não é raro que a celeridade ou mesmo a efetividade processual seja obstada pela dificuldade de citação ou intimação da parte, seja por falta ou imprecisão de um endereço para envio de correspondência ou diligência de oficial de justiça, seja diante de manobras da própria parte que visem frustrar o ato, seja pela própria inacessibilidade do domicílio diante da periculosidade do local.

Se na atualidade um simples smartphone permite comunicação rápida e eficaz, ademais ante o cuidado corriqueiro do usuário de sempre mantê-lo próximo de si, a inexistência de previsão legal para sua utilização na prestação jurisdicional somente reforça o fato de que a sociedade caminha mais rápido que o Direito. A incapacidade do Legislativo de acompanhar tais mudanças faz com que o Judiciário frequentemente exerça esse papel como se viu, por exemplo, com a regularização da união homoafetiva⁴⁵.

O frequente êxito na utilização do aplicativo Whatsapp em atos citatórios, conquanto a ausência de previsão normativa para sua utilização, remete ao princípio da instrumentalidade das formas ora positivado nos arts. 188 e 277 da norma processual vigente, dispondo no sentido da inexistência de forma determinada para a prática de atos e termos processuais que alcancem sua finalidade. A forma é exceção - e não regra - que deve ter lastro em expressa determinação legal. A declaração de invalidade, a teor do disposto no art. 282 §1º da citada norma, deve se fundar na efetiva verificação do prejuízo sofrido pela parte.

Ponto relevante a ser observado no citado artigo 277, conquanto a disposição em grande parte análoga ao art. 244 do código já revogado, está na supressão da expressão “sem cominação de nulidade” do teor deste último. A opção legislativa observada na apara sutil da norma determinou que, se no sistema anterior, a instrumentalidade das formas era obstada pelas nulidades eventualmente cominadas pelo legislador, com o novo sistema a instrumentalidade é estendida a qualquer tipo de vício.

Fundamentalmente, o princípio da instrumentalidade das formas é representado pelo aproveitamento do ato viciado com a exigência de observar-se a inexistência de prejuízo às partes ou ao próprio processo assim como o fato de ser atingido seu objetivo tendo, portanto, estreita ligação com o princípio da economia processual⁴⁶.

⁴⁵ASENSI, Felipe. Sociedade caminha cada vez mais rápido que o direito. **Consultor Jurídico**, 10 nov.2013. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2013-nov-10/felipe-asensi-sociedade-caminha-cada-vez-rapido-direito/>. Acesso em: 14 set.2024.

⁴⁶NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil Volume Único**. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 144.

Diante deste conflito entre o formalismo e a instrumentalidade, o caminho natural seria a reforma legislativa que viabilizasse a utilização efetiva de importantes canais de comunicação individual representada pelos aplicativos de mensagens. A observação ao princípio da adequação (ou da adaptabilidade) como decorrente do princípio do devido processo legal, estabelece que as normas devem ser adequadas ao caso concreto sob a ótica de três prismas: objetivo, subjetivo e teleológico⁴⁷. A citação por aplicativos de mensagens, assim como quaisquer das outras formas de citação, deveria submeter-se a adequabilidade subjetiva de modo a garantir que o citando efetivamente tomasse ciência da demanda em curso não sendo conveniente, por exemplo, em situações onde fosse duvidosa a identificação do efetivo usuário do aplicativo ou ainda quando impossibilitado de tomar conhecimento do teor da mensagem enviada, seja por analfabetismo, seja por incapacidade intelectual.

A questão chegou à Corte Superior conquanto se vejam relativamente poucas ocorrências acerca do tema através da pesquisa jurisprudencial feita nesta data.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 2.026.925⁴⁸, em 08 de agosto de 2023, ao tratar de demanda na qual se questionava a citação da parte por rede social diante de sua deslocalização, fundamentou que, embora possam ser convalidadas ante o cumprimento de sua finalidade, a comunicação de atos processuais e a realização de intimações ou citações por aplicativos de mensagens ou redes sociais não têm nenhuma base ou autorização legal, podendo seu uso pode caracterizar vício de forma que, em tese, resulta em declaração de nulidade dos atos assim comunicados. Entende assim que a instrumentalidade não deve ser invocada para validar previamente a prática de atos em forma distinta daquela prevista em lei e que, no caso, seria a citação por edital.

No julgamento do Recurso Especial nº 2.045.633 – RJ⁴⁹, a supra citada ministra ressalta a instrumentalidade da forma ao fundamentar a possibilidade de validade da citação por

⁴⁷ DONIZETTE, Elpidio. **Curso de Direito Processual Civil Volume Único**. 26. ed. Barueri: Atlas. 2023. p. 52,53.

⁴⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.026.925 – SP**. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CITAÇÃO DO EXECUTADO POR REDES SOCIAIS. COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS POR APLICATIVOS DE MENSAGENS E DE RELAÇÕES SOCIAIS.[...] Relatora Min. Nancy Andrighi, 08 de agosto de 2023. Disponível em <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%202026925>. Acesso em 26 set.2024.

⁴⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.045.633 – RJ**. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS POR APLICATIVOS DE MENSAGENS.[...] Relatora Min. Nancy Andrighi. 08 de agosto de 2023. Disponível em https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202202902504&dt_publicacao=14/08/2023. Acesso em 26 set.2024.

Whatsapp se tal ocasiona ciência inequívoca da ação judicial conquanto naqueles autos o resultado fosse a invalidação do ato por considerar as severas implicações havidas em se tratando de uma ação de destituição de poder familiar cuja pessoa a ser citada era analfabeta e tendo ainda havido o recebimento da mensagem por sua filha.

O posicionamento da ministra na apreciação do recurso supra não deixou de atentar para uma necessária análise casuística com fins a verificar se o uso do aplicativo de mensagens efetivamente atingir sua finalidade de comunicar, análise essa que, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 2.030.887 – PA⁵⁰ foi deixada a cargo do tribunal recorrido que não a fez ao tempo da prolação do seu julgado sendo neste caso provido parcialmente o recurso especial no sentido de reconhecer o defeito na citação efetivada por aplicativo de mensagens Whatsapp com a ressalva de convalidação da nulidade em sendo verificada a ciência inequívoca diante da mensagem enviada.

Nos fundamentos dos julgados ora trazidos para análise, todos da lavra da mesma ministra, é abordada a atipicidade formal como regra em nosso sistema processual vigente em confronto com a inexistência de possibilidade expressa na norma processual à utilização de aplicativos de mensagens como meio de citação. A dispersão observada de procedimentos diversos mediante portarias, instruções normativas e regulamentações internas em inúmeras comarcas e tribunais do país é alvo de crítica ao ocasionar diferenças nos requisitos de validade dos atos de comunicação assim realizados.

No entender daquela ministra há sólidos indicadores de que a legislação existente não disciplina a matéria sendo indispensável a edição da legislação federal que venha sanar tal lacuna com a apresentação dos critérios, procedimentos e requisitos que permitam sua utilização segura pelo jurisdicionado.

Ao entendimento trazido pela Corte Superior advieram críticas abertas ante o aceno da possibilidade da validação da citação por meio de aplicativos de mensagens. Sob o ponto de vista destes críticos a citação assim realizada ensejaria insegurança jurídica considerando a impossibilidade de aferição da identidade do usuário do serviço com prejuízo para a credibilidade do processo além de desigualdade digital por considerado que, conquanto a maioria dos brasileiros tenha acesso a um smartphone, o acesso à redes móveis 4G e 5G ainda

⁵⁰BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.030.887 - PA**. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM ALIMENTOS. CITAÇÃO DO RÉU POR APLICATIVOS DE MENSAGENS WHATSAPP. [...] Relatora Min. Nancy Andrichi, 24 de outubro de 2023. Disponível em <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%202026925>. Acesso em 26 set.2024.

é escasso em grande parte do território nacional, vendo-se ademais na atualidade toda uma infinidade de golpes nos quais é utilizada como ferramenta o aplicativo Whatsapp⁵¹.

Não se pode deixar de concordar com os críticos diante da experiência do que ordinariamente se verifica, quando então a indiscriminada utilização da comunicação de atos processuais por aplicativos de mensagens sem verificação da identificação de seu destinatário ocasionaria uma infinidade de questionamentos e pedidos de nulidades do ato quando não de ataques à própria coisa julgada por meio de ações rescisórias, fato que indubitavelmente assoberbaria a máquina judiciária e militar contrariamente à pretensa celeridade.

Por outro lado, há que se verificar que, por muitas vezes, a parte autora possui meios de entrar em contato com a parte ré por meio do citado aplicativo e esta, ainda assim, se valha do formalismo processual de modo a se esquivar da comunicação do ato processual, atravancando a marcha processual.

Do cotejo de ambos os quadros apresentados, a análise casuística revela que, em muitas situações, a parte autora tem contato com a parte ré sendo conhecedora de seus dados e do número de sua linha celular, com a mesma mantendo contato prévio acerca de questões outras anteriormente ao ingresso da demanda judicial. Como exemplo podem ser apresentadas as questões de família onde as partes desenvolveram – ou ainda desenvolvem – convívio próximo, empresas detentoras de dados cadastrais da parte e que com a mesma venha mantendo contato prévio, *etc.* Em tais hipóteses exemplificadas é possibilitada a comunicação efetiva como elevado grau de certeza acerca do seu destinatário até mesmo considerando que o seu ingresso em juízo tão logo comunicado o ato ou mesmo a posse do dito aparelho com o aplicativo instalado corroboram com o indubitável êxito na prática do ato.

De qualquer forma sempre se mostraria oportuna a cautela da verificação da inequívoca ciência pela parte – em consonância com o entendimento da Corte Superior e atendimento à instrumentalidade – assim como possibilitada à parte demandada o questionamento acerca do ato viciado.

CONCLUSÃO

Calcados nos reflexos que a chamada “Era Digital” apresenta em todos os ramos da sociedade moderna, o Processo Civil evoluiu de maços de papel para o arquivo digital, advindo

⁵¹ TAJRA, Alex. Exclusão digital e insegurança jurídica corroem opção de WhatsApp para citação. **Consultor Jurídico**. 19 set. 2023. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-set-19/exclusao-inseguranca-corroem-opcao-whatsapp-citacao/>. Acesso em 26 set.2024.

enfim a total virtualização do processo. O operador do direito hoje já não precisa carregar pesados calhamaços de papel para análise ou cópia de peças processuais, deslocar-se para comarcas distantes na busca de informações atualmente havidas on line ou mesmo comparecer presencialmente para participar de uma audiência. Tudo isso representa não somente o ganho em comodidade como minoração de custos.

O progresso tecnológico havido junto ao processamento das ações judiciais, porém, ainda compartilha com atos calcados no formalismo e apego a práticas passadas, positivados na norma vigente como tradição de diplomas normativos há muito revogados.

Falar-se no envio de cartas ou na publicação de um edital é algo que remete a práticas que, em pouco tempo, perderão completamente seu sentido – se é que já não perderam. Mesmo a citação pessoal por diligência de um oficial de justiça ainda esbarra no óbice da violência urbana que cria verdadeiras zonas de inaccessibilidade nos grandes centros.

A evolução tecnológica trouxe inúmeras alterações de costumes. Entre estes, a massiva utilização da comunicação através de aparelhos celulares munidos de aplicativos de mensagens pelo cidadão comum de todas as classes é uma realidade que, simplesmente, foi ignorada pelo legislador processual. A inclusão do chamado meio eletrônico como preferencial na citação, voltado exclusivamente a e-mails previamente cadastrados por empresas – e ainda observadas as exceções lá elencadas - na prática tornou mais restrita uma ferramenta que, na atualidade, já é de uso restrito a setores específicos.

Diante dos avanços na comunicação, os institutos da citação e da intimação obviamente deveriam buscar nas novas tecnologias o atendimento à sua finalidade.

Até que a lacuna legislativa seja suprida com a apreciação do Projeto de Lei 1.595/2020, os questionamentos aos atos de citação e intimação realizados por aplicativos de mensagens ainda se mostram sujeitos aos questionamentos baseados na necessária observância da previsão normativa.

O posicionamento da Corte Superior se mostrou ponderado ao equilibrar o uso da moderna ferramenta de comunicação com a cautela de verificar o atendimento à finalidade essencial do ato, remetendo assim ao princípio da instrumentalidade das formas visto que a busca de efetividade e celeridade processual não pode ser alcançada com prejuízo da garantia constitucional do contraditório.

REFERÊNCIAS

ASENSI, Felipe. Sociedade caminha cada vez mais rápido que o direito. **Consultor Jurídico**, [s.l.], 10 nov. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-nov-10/felipe-asensi-sociedade-caminha-cada-vez-rapido-direito/>. Acesso em: 14 set. 2024.

BELING, Fernanda. As 10 redes sociais mais usadas em 2024. **Oficina da Net**, [s.l.], 5 jan. 2024. Disponível em <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 345 de 09 de outubro de 2020**. Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original.175500202010145f873b7482503.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 372 de 12 de fevereiro de 2021**. Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.”. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original15412620210219602fdc26a38d2.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2024]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939**. Código de Processo Civil [Revogado]. Brasília, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1608.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**, Institui o Código de Processo Civil [Parcialmente revogado] Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110259.htm#:~:text=LEI%20No%2010.259%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20dos,no%20%C3%A2mbito%20da%20Justi%C3%A7a%20Federal. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021.** Dispõe sobre [...] altera as Leis nºs 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) [...]; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114195.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.030.887 - PA.** Civil. Processual civil. Direito de família. Ação de dissolução de união estável cumulada com alimentos. Citação do réu por aplicativos de mensagens whatsapp. [...] Relatora Min. Nancy Andrighi, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%202026925>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.026.925 – SP.** Civil. Processual civil. Execução de título extrajudicial. Citação do executado por redes sociais. Comunicação de atos processuais por aplicativos de mensagens e de relações sociais.[...] Relatora Min. Nancy Andrighi, 08 de agosto de 2023. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%202026925>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 2.045.633 – RJ.** Civil. Processual civil. Direito de família. Ação de destituição do poder familiar. Possibilidade de comunicação de atos processuais por aplicativos de mensagens.[...] Relatora Min. Nancy Andrighi. 08 de agosto de 2023. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202202902504&dt_publicacao=14/08/2023. Acesso em: 26 set. 2024.

BUENO, Cassio Scarpinella, **Manual de Direito Processual Civil:** inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei n. 13.256 de 4-2-2016. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

CELULAR segue como aparelho mais utilizado para acesso à internet no Brasil. **Gov.br**, Brasília, DF, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/celular-segue-como-aparelho-mais-utilizado-para-acesso-a-internet-no-brasil>. Acesso em: 08 jul. 2024.

CLEMENTE, Gisele Rocha. Quanto ao manejo da Querela Nullitatis em processo cuja citação é nula. **Jusbrasil**, [s.l.], [2022]. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quanto-ao-manejo-da-querela-nullitatis-em-processo-cuja-citacao-e-nula/1303527795>. Acesso em: 07 jul. 2024.

CNJ firma parceria com TJ-RJ para aplicar inteligência artificial em julgamentos. **Conjur**, São Paulo, 31 mai. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-fev-01/cnj-firma-parceria-com-tjrj-para-automatizar-execucoes-fiscais-e-aplicar-ia-em-julgamentos/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

DONIZETTE, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**: volume único. 26. ed. Barueri: Atlas, 2023.

DOURADO, Bruna. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. **RD Station**, [s.l.], 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Citação e intimação por meio eletrônico no Novo CPC. **AASP**, São Paulo, [202-]. Disponível em <https://processoeletronico.aasp.org.br/citacao-e-intimacao-por-meio-eletronico-no-novo-cpc/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**: volume único. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2023.

PEIXOTO, Ravi. Por um diálogo entre a citação da lei 11.419/06 e por meio eletrônico do CPC. **Jota**, [s.l.], 16 out. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-cpc-nos-tribunais/por-um-dialogo-entre-a-citacao-da-lei-11-419-06-e-por-meio-eletronico-do-cpc>. Acesso em: 24 set. 2024.

PINHO, Humberto Dalla Bernardida de. **Direito Processual Civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 38/2020**. Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.tjrj.jus.br/documents/1017893/0/prov+CGJ+38-2020.pdf/c60314b4-86d6-1d5e-8ddc-16ac2f931686>. Acesso em: 31 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 120/2021**. Altera a redação do caput do artigo 79 e inciso XXII do artigo 116 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (parte judicial), incluindo o Balcão Virtual entre os meios de comunicação com as serventias. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial**. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/132953036/codigo-de-normas-da-corregedoria-parte-judicial-27-10-22.pdf/02b9fb8d-7bdc-9ca1-6c2a-50c57e2071b3?version=1.0>. Acesso em: 31 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. História da internet. **Brasil Escola**, [s.l.], [202-].Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/internet.htm>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SOARES. Matilde de Paula. **Citações e intimações por meio de aplicativos de mensagens:** inovações de acordo com o novo CPC alterado pela Lei 14.195 de 26.08.2012. Curitiba: Juruá, 2021. *E-book*.

TAJRA, Alex. Exclusão digital e insegurança jurídica corroem opção de WhatsApp para citação. **Consultor Jurídico**, [s.l.], 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-set-19/exclusao-inseguranca-corroem-opcao-whatsapp-citacao/>. Acesso em 26 set. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 64. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2023. v. 1.